

Protagonismo do Estado do Rio de Janeiro na exploração e produção de petróleo e gás natural: até quando?

PROTAGONISM OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO IN THE EXPLORATION AND PRODUCTION OF OIL AND NATURAL GAS: UNTIL WHEN?

Resumo:

Este artigo investiga, em caráter exploratório, a possível perda de protagonismo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) no setor de Petróleo e Gás Natural (P&G), com deslocamento da centralidade econômica do setor petrolífero para o Estado de São Paulo (ESP). O artigo alicerça a discussão em dados sobre a evolução da produção de P&G; a distribuição geográfica das operadoras e dos fornecedores; o calendário de leilões ANP; e as rendas provenientes das participações governamentais na produção petrolífera. A recente notícia sobre a intenção do governo paulista de estimular a economia do petróleo foi a principal motivação para elaboração deste artigo. Os resultados mostram que o ERJ tem mantido sua posição de principal *locus* da produção petrolífera do País, concentrando grande parte das rendas provenientes dessa atividade, bem como as principais empresas operadoras e fornecedoras setoriais. Não obstante, o crescimento recente da produção do ESP sinaliza que esse protagonismo pode vir a ser contestado.

Palavras-chave: Petróleo e Gás Natural. Protagonismo Regional. Desenvolvimento Regional.

Abstract:

This article investigates, on an exploratory basis, the possible loss of protagonism of the State of Rio de Janeiro (ERJ) in the Oil and Natural Gas (O & G) sector, with the economic centrality of the oil sector moving to the State of São Paulo (ESP). The article bases the discussion on the evolution of O & G production; the geographical distribution of operators and suppliers; the calendar of ANP auctions; and revenues from government participation in oil production. The recent news about the intention of the São Paulo government to stimulate the oil economy was the main motivation for the elaboration of this article. The results show that the ERJ has maintained its position as the main locus of the country's oil production, concentrating a large part of the revenues from this activity, as well as the main operating companies and sector suppliers. Nonetheless, the recent growth in ESP production indicates that this protagonism may be challenged.

Keywords: Oil and Gas. Regional Protagonism. Regional Development.

Heitor Soares Mendes

Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (IE/UFRJ)
- Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da
Fonseca (CEFET/RJ)
heitor.mendes5@gmail.com

Henrique Cavalieri

Doutor em Economia (IE/UFRJ) - Pesquisador Associado do Grupo de
Economia da Inovação do Instituto de Economia da UFRJ (GEI/IE/UFRJ)
henrique.cavalieri@gmail.com

Marta Lucia Azevedo Ferreira

Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (IE/UFRJ) -
Professora do CEFET/RJ
marta.ferreira57@gmail.com

1 - Introdução

Desde a 2ª Guerra Mundial, o petróleo vem estimulando a competição entre empresas e países pelo acesso a reservas e pela Exploração e Produção (E&P) em novas fronteiras marítimas (YERGIN, 2010). O período de 2003 a 2013, decorrente da forte expansão da economia chinesa - conhecido como boom das commodities -, beneficiou a economia brasileira com sua ampla e diversificada matriz produtiva, estimulando uma das vertentes do debate sobre o desenvolvimento econômico a partir da indústria petrolífera (BIELSCHOWSKY, 2012; CEDRO, 2014; FRISCHTAK & BELLUZZO, 2014). Este boom também beneficiou a economia fluminense ao reforçar o protagonismo desta indústria já alcançado com a exploração *offshore* na Bacia de Campos nos anos 70 e 80.

Em que pese a queda no preço do petróleo, que vem ocorrendo desde 2014, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informa que o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) foi responsável por 67% da produção nacional de petróleo em 2016. Como esta tendência de queda se mantém - afetando as rendas obtidas com royalties e participações especiais -, e os efeitos de encadeamento da indústria ainda são limitados, é preciso articular políticas de longo

prazo voltadas para o fortalecimento dos sistemas setorial, regional e nacional de inovação (BRITO et al., 2017; HASEN-CLEVER et al., 2016; MELO & OLIVEIRA, 2015; SILVA, 2017; SOBRAL, 2017).

Como assinala Cruz (2016), a economia petrolífera fluminense atravessou três fases: a primeira, anterior ao aumento das rendas seletivamente distribuídas; a segunda, posterior à quebra do monopólio e ao aumento das rendas; e a terceira, que incorpora o pré-sal e o Complexo Logístico e Industrial do Açu visando a integração regional nos marcos da inserção internacional da economia brasileira. Sobral (2017) chama a atenção para os desafios desta internacionalização baseada na reinvenção de "âncoras econômicas" em lugar do aumento e da diversidade e da complexidade produtivas a partir daquelas já existentes.

O autor destaca ainda a necessidade de um projeto nacional para a economia do petróleo, que oriente o planejamento e a reindustrialização estadual, de modo a evitar a manutenção de uma estrutura produtiva frágil por ser "oca". Este é um problema estrutural, que impede o surgimento de vantagens competitivas sistêmicas e sustentáveis. O debate sobre a vo-

cação regional precisa levar em conta o adensamento produtivo visando maior agregação de valor econômico. Ademais, como o polígono do pré-sal abrange as bacias sedimentares de Campos, Espírito Santo e Santos, o segmento de E&P - conhecido como *upstream* -, nesta nova fronteira, se expande para além do ERJ.

Vale mencionar que, em evento recente, o governador do Estado de São Paulo (ESP) afirmou a importância do setor de P&G para a economia regional, destacando sua disposição em fortalecer a economia do petróleo no estado¹. Assim, este artigo discute, ainda que em caráter preliminar e exploratório,

uma possível perda de protagonismo do Rio de Janeiro em favor de São Paulo.

Além desta introdução, na seção dois, são apresentados os dados da produção de P&G e, na seção três, aqueles relativos à distribuição geográfica das operadoras de E&P, dos fornecedores qualificados desta cadeia produtiva, além daqueles referentes aos próximos leilões da ANP. Na seção quatro, são apresentados os dados sobre as rendas estaduais provenientes das participações governamentais no segmento de E&P. Na sequência, são apresentadas as considerações finais e referências utilizadas.

2 - Evolução da produção estadual de P&G no Brasil

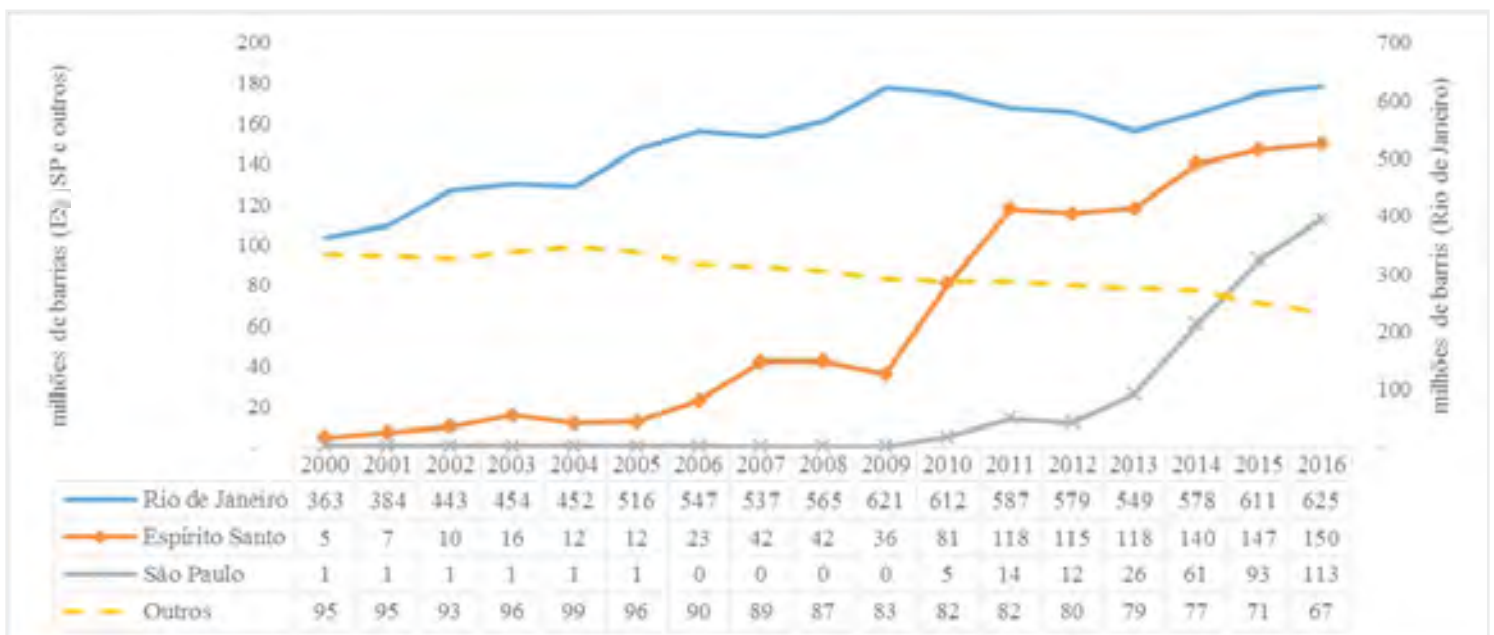
Segundo Cruz (2016), a expansão do *upstream* no pós-sal, o início destas atividades no pré-sal e a instalação do Porto do Açu - no contexto dos investimentos em infraestrutura de logística portuária e de circulação de mercadorias - marcam o avanço do processo de internacionalização da Região Fluminense a partir de 2010. Mas, como mostra o Gráfico 1, as atividades de E&P se tornam significativamente maiores no Estado do Espírito Santo (EES) e no ESP nessa mesma época.

O ESP não figurava com representatividade na produção nacional de petróleo em 2000 e assim permaneceu até 2009. Mas, em 2010, este quadro se alterou completamente, passando o estado a figurar como sétimo produtor nacional, assumindo a posição de terceiro maior produtor em 2013, posição mantida atualmente. O Gráfico 2 ilustra

a participação relativa dos estados brasileiros na produção nacional de P&G.

Este quadro evolutivo se deveu, em primeiro lugar, à descoberta de hidrocarbonetos na camada pré-sal anunciada em 2007. O início da produção de petróleo nesta nova província se deu a partir da exploração no ERJ, e sua evolução se estendeu e cresceu substancialmente, representando, atualmente, 47% da produção nacional (ANP, 2017). Geograficamente, a exploração foi se ampliando para além dos limites do ERJ, atingindo volume de extração significativo, em 2010, na região do pré-sal da Bacia de Santos, fronteira com o ESP, o que levou o estado a figurar entre os maiores produtores nacionais, contando ainda com maior participação governamental nas receitas compensatórias destinadas aos estados produtores.

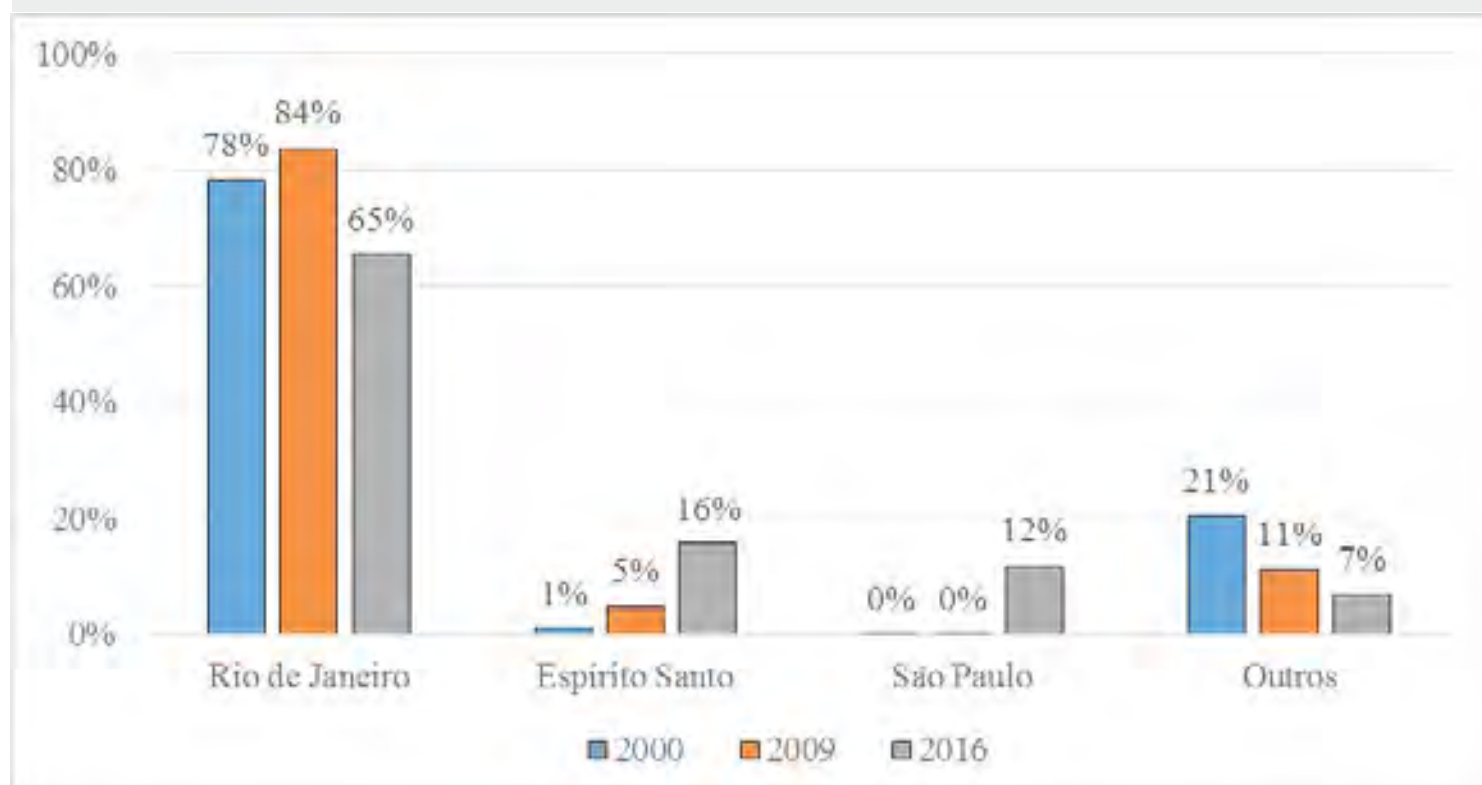
GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO ESTADUAL DE P&G NO BRASIL (2000-2016)



Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção, conforme o Decreto n.º 2.705/98.

Notas: Petróleo: óleo e condensado. Inclui o LGN (líquido de gás natural) separado nas Unidades de Processamento de Gás Natural.

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÕES ESTADUAIS NA PRODUÇÃO DE P&G NO BRASIL (2000-2016)



Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção, conforme o Decreto n.º 2.705/98.

Notas: Petróleo: óleo e condensado. Inclui o LGN (líquido de gás natural) separado nas Unidades de Processamento de Gás Natural.

3 - Distribuição das operadoras e fornecedoras de P&G e leilões ANP

Segundo dados de julho de 2017 da ANP, existem 33 empresas operadoras dentre as quais apenas uma tem sede em Pernambuco. As demais, ou seja, 97% das operadoras, têm suas matrizes no ERJ, não havendo sequer uma concessionária sediada no ESPⁱⁱ. Mas, de acordo com o cadastro qualificado de fornecedores de bens e serviços da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), em maio do mesmo ano, constavam 2.867 empresas distribuídas entre o ERJ (32,8%) e o ESP (32,4%), tendo menor representatividade o EES (8,6%) e os Estados de Minas Gerais (5,7%) e Bahia (4,4%).

De acordo com o calendário das próximas rodadas de leilões de blocos para exploração de P&G divulgado pela ANP, para este ano, foram previstos os seguintes leilões: 4ª rodada de licitações de áreas com acumulações maduras (realizado

em 11 de maio de 2017); 14ª rodada de blocos exploratórios em regime de concessão; e duas rodadas sob o regime de partilha de produção (2ª e 3ª rodadas do pré-sal). Há ainda previsão de novas rodadas em 2018 e 2019: duas do pré-sal (4ª e 5ª rodadas), duas de licitações para concessão (15ª e 16ª rodadas) e duas de campos marginais (5ª e 6ª rodadas)ⁱⁱⁱ.

Os resultados dos leilões e, mais ainda, o que ficar evidenciado, em termos das reservas identificadas em cada bloco e futuros campos a serem mapeados e explorados, indicarão a proeminência dos estados em termos de produção e a possibilidade de deslocamento do centro econômico do setor de P&G, do ponto de vista do *upstream* brasileiro, que, até o momento, tem o ERJ como estado central.

4 - Evolução das participações governamentais dos estados

Os estados, assim como a União e os municípios, vêm recebendo participações governamentais obrigatórias devidas pelas empresas concessionárias provenientes da extração de P&G desde a promulgação da Lei nº 9.478/1997 (com alterações dadas pela Lei nº 12.734/2012), com base nos contratos de concessão (e posteriormente também nos regimes de cessão onerosa e de partilha de produção) e como previsto nos editais de licitação: bônus de assinatura; royalties; e participação especial.

Os estudos citados neste artigo apontam que o ERJ vem sofrendo perda do tecido industrial nas últimas décadas, que ainda não se tornou mais dramática em razão da inflexão positiva do *upstream offshore*, que, em âmbito nacional, conferiu protagonismo ao estado no setor de P&G. A década de 2000 consolidou esta posição de liderança do ERJ mantida até a presente data. Contudo, os dados indicam que, apesar da produção de petróleo crescente ao longo das décadas de 2000 e 2010 (Gráfico 1), a participação relativa

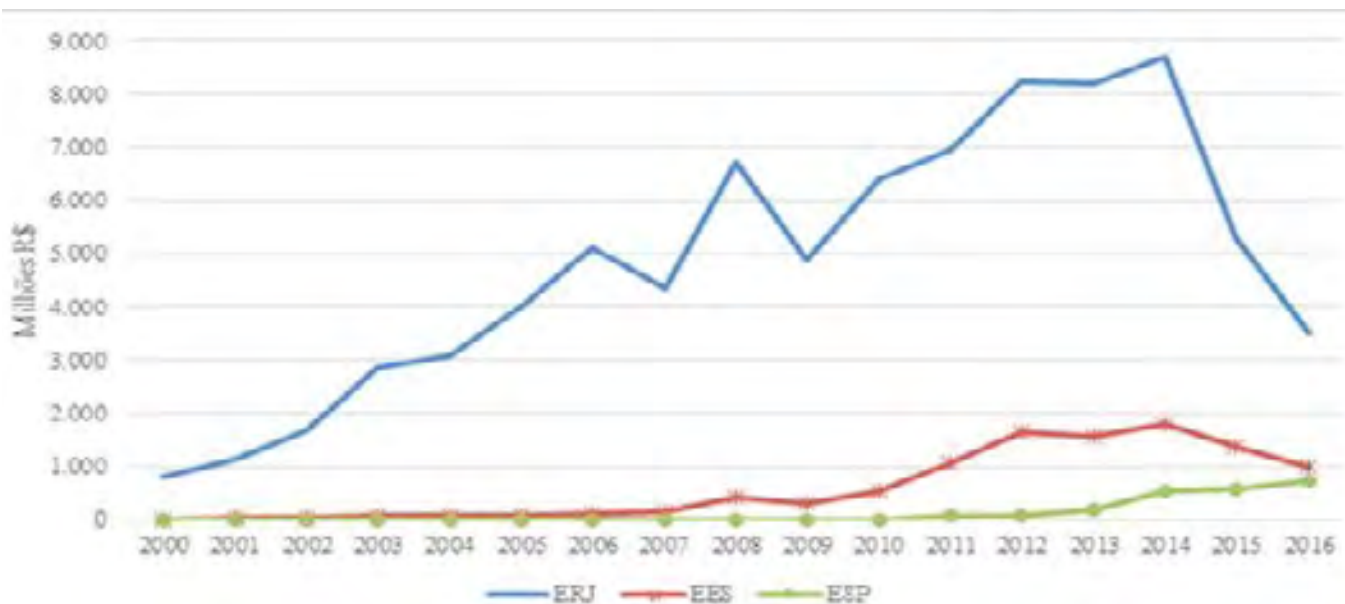
do ERJ na produção é declinante (Gráfico 2). Além disso, os Gráficos 3 e 4 evidenciam a perda monetária em participação governamental do estado.

Em termos absolutos, a perda se deu a partir de 2015 no ERJ, ainda que ela tenha ocorrido antes em termos relativos (Gráfico 4), ou seja, a partir de 2011. Este quadro foi potencializado, em primeiro lugar, pela grande ascensão do EES como estado produtor, com notável inflexão no patamar de produção em 2010, passando, em 2016, a responder por 16% da produção nacional. Neste mesmo ano, o ESP já começa a despontar como estado produtor, ainda que timidamente. O estado tem aumento

acentuado nos anos seguintes e, em 2013, se tornou o terceiro maior produtor nacional, com volume cinco vezes maior do que a produção em 2010. O estado alcançou 12% da produção do País em 2016.

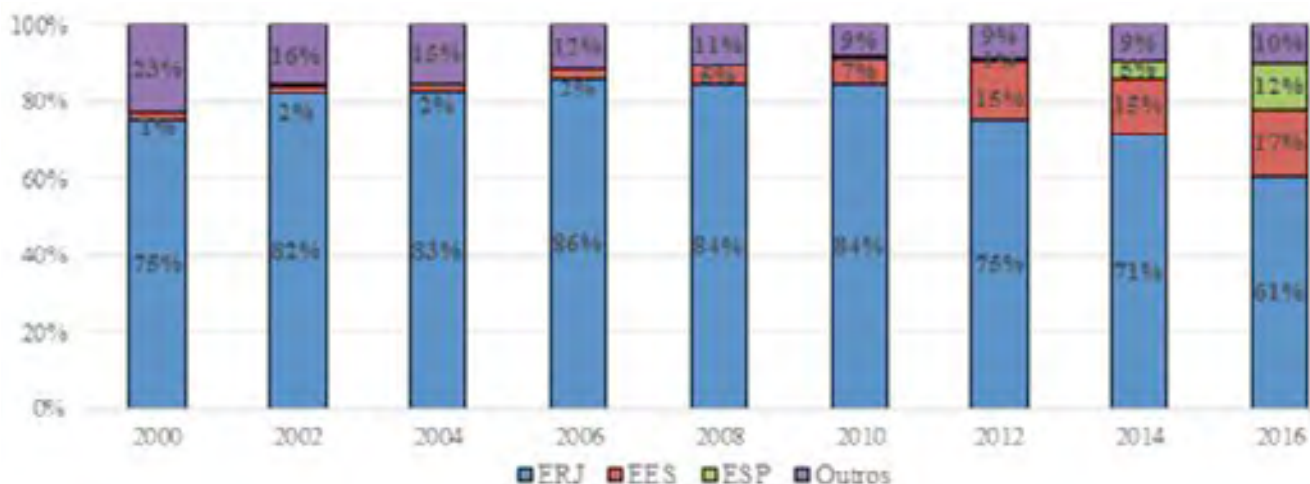
Verifica-se, então, que o ERJ perdeu 25 pontos percentuais em participações governamentais entre 2006 e 2016, enquanto o ESP obteve aumento de receitas em participações governamentais a partir de 2013, primeiro ano em que houve pagamento de participação especial ao estado e em que os royalties ultrapassaram R\$ 100 milhões, aproximando-se das receitas do EES em 2016.

GRÁFICO 3 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS PAGOS AO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E ESPÍRITO SANTO 2000-2010 (MILHÕES R\$ CORRENTES)



Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2009 (ANP, 2009; 2016).
 Nota: Participações governamentais pagas aos governos estaduais (não inclui pagamentos aos municípios).

GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO DE RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO E SÃO PAULO NO RECEBIMENTO DE ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS PAGOS A UNIDADES DA FEDERAÇÃO (2000-2016)



Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2009 (ANP, 2009; 2016).

5 - Considerações finais

Os dados apresentados neste artigo, oriundos de várias fontes, mostram que o ERJ tem mantido sua posição histórica de principal *locus* da produção *offshore* de P&G do País ao concentrar não apenas grande parte das rendas provenientes das atividades de exploração, mas também as principais empresas operadoras e fornecedoras do setor. Não obstante, o crescimento exponencial recente da produção do ESP e do EES indica que tal protagonismo pode vir a ser contestado.

O que cabe destacar é que essa conjectura ganha relevância diante do cronograma aprovado para as novas rodadas de licitação confirmadas para o período 2017-2019, estando prevista a oferta de blocos em diversas bacias sedimentares do País, com destaque para Campos, Santos e Espírito Santo. Ademais, o ESP já dispõe de um número semelhante ao ERJ de empresas fornecedoras da cadeia de

P&G, além da disposição manifesta pelo atual governo de incentivar esta importante indústria. Tudo isso pode indicar que a ascensão paulista está apenas no início.

Com efeito, o pré-sal constitui um novo paradigma tecnológico, confirmando a literatura no que tange à forte concorrência entre empresas e países. O Brasil possui um grande potencial a ser explorado, de modo que os resultados dos próximos leilões e os futuros campos a serem mapeados e explorados irão indicar a proeminência dos estados em termos de produção e centro econômico do setor de P&G. A importância geopolítica do setor e o seu papel no desenvolvimento econômico nacional e regional ratificam a oportunidade do debate sobre um projeto nacional que oriente a obtenção de vantagens competitivas sistêmicas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2009**. [Anuário]. ANP, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2009.

_____. **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2016**. [Anuário]. ANP, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2016.

_____. **Oportunidades no setor de petróleo e gás natural no Brasil - rodadas de Licitações 2017-2019**. [Boletim]. ANP, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, junho 2017.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, p. 729-747, 2012.

BRITO, F. S. R.; GUALBERTO, A. R. & SILVA NETO, R. Impactos iniciais da crise do petróleo de 2014 nos municípios do circuito espacial do petróleo do estado do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017 - XVII ENANPUR, **Anais...** São Paulo, SP, Brasil, 2017. p. 1-19.

CEDRO, R. C. A estratégia do pré-sal como política de desenvolvimento nacional. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 14, p. 105-117, 2014.

CRUZ, J. L. V. Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e

territorial da Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 9, p. 49-67, 2016.

FRISCHTAK, C. R. & BELLUZZO, L. G. M. Produção de commodities e desenvolvimento econômico: uma introdução. In: BELLUZZO, L. G. M.; FRISCHTAK, C. R. & LAPLANE, M. (Orgs.). **Produção de commodities e desenvolvimento econômico**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2014, p. 9-20.

HASENCLEVER, L.; CAVALIERI, H.; TORRES, R. & MENDES, H. Especialização produtiva: potenciais e desafios para o estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 9, p. 11-23, 2016.

MELO, H. P. & OLIVEIRA, A. Café e petróleo: um paralelo histórico. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 7, p. 91-104, 2015.

SILVA, R. D. Royalties e desenvolvimento regional: uma reflexão sobre os desafios do Rio de Janeiro. In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. & BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro Ipea, 2017, p. 347-366.

SOBRAL, B. L. B. A evidência da estrutura produtiva oca: o estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. & BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017, p. 397-426.

YERGIN, D. **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo Paz e Terra, 2010.

NOTAS

i - Durante pronunciamento, na abertura da Feira Internacional de Máquinas e Automação Industrial, o governador de São Paulo comparou a cidade brasileira com a capital dos Emirados Árabes, devido ao crescimento da produção de P&G no Pré-Sal - 46% em um ano na Bacia de Santos. Disponível em: <http://www.cimm.com.br/portal/noticia/e_exibir_noticia/15562-setor-de-oleo-e-gas-e-destaque-da-abimaq-durante-expomaf>. Acesso em 17 jun. 2017.

ii - A Planilha ANP de concessionários de contratos. Disponível em:

< <http://www.anp.gov.br/wwwanp/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/gestao-de-contratos-de-e-p/dados-de-e-p>>. Acesso em 13 jun. 2017.

iii - Fontes: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/noticias/anp-e-p/3752-4-rodada-de-acumulacoes-maduras-arrecada-quase-r-8-milhoes-em-bonus-de-assinatura>> e <http://www.brasil-rounds.gov.br/Round4_AM/portugues_R4AM/setores.asp> e <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/noticias/3815-diretor-geral-da-anp-apresenta-oportunidades-no-brasil-a-investidores-russos>>. Acesso em 21 jun. 2017.

VESTIBULAR 2018
INSCRIÇÕES ABERTAS

SEM
DÚVIDA,

a **Candido** é a melhor escolha!